



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Marliéria

Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	10
2	Metodologia	15
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	15
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	24
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	24
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Marliéria	26
3.1	Caracterização Geral	26
3.2	Análise Temática	37
3.3	Clipping de Notícias	80
3.4	Textos Acadêmicos	84
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	88
4.1	Turismo	88
4.2	Cultura	89
4.3	Esporte e Lazer	91
5	Avaliação de Impactos	94
5.1	Metodologia	94
5.2	Resultado	113
6	Créditos e Referências	119
	Entrevistados no município	119
	Equipe Técnica	119

Referências	123
-------------------	-----

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	21
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	22
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	23
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	23
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	24
Figura 6 Mapa de localização do município de Marliéria	31
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Marliéria	40
Figura 8 Parque de exposição municipal de Marliéria	54
Figura 9 Parque Estadual do Rio Doce	57
Figura 10 Lagoa Dom Helvécio	58
Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	60
Figura 12 Reforma do Teatro Mutirão	66
Figura 13 Apresentações do Grupo Teatral Babilônia, no espaço público e no interior da Igreja Nossa Senhora das Dores	67
Figura 14 Alunos da Corporação Musical Marliéria	68
Figura 15 Tapetes Devocionais de Corpus Christi, no Distrito de Cava Grande	69
Figura 16 Escola Estadual Liberato de Castro	72
Figura 17 Ponte Queimada – Parque Estadual do Rio Doce	82
Figura 18 Nuvem de termos referentes a Marliéria	83

Figura 19 Modelo de Gráfico de Radar	99
Figura 20 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	100
Figura 21 Classificação da Significância de Impactos	101

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Marliéria	35
Gráfico 2 Impactos sobre a imagem do município.....	114
Gráfico 3 Impactos sobre o Parque do Rio Doce	115

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	18
Tabela 2 Taxa de urbanização - Marliéria e Minas Gerais (%).....	27
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Marliéria e de Minas Gerais	29
Tabela 4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes. (IDHM para Marliéria e Minas Gerais– 1991, 2000 e 2010).....	33
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Marliéria e Minas Gerais (2010 – 2013).....	34
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)	36
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Marliéria.....	38
Tabela 8 Meios de Hospedagem	48
Tabela 9 Equipamentos de refeição	50
Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Marliéria (2014 e 2015)	63
Tabela 11 Espaços de esporte e lazer	78

Tabela 12 Clipping de notícias Marliéria.....	80
Tabela 13 Síntese de citações	84
Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	95
Tabela 15 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	97
Tabela 16 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	117
Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Marliéria.....	119
Tabela 18 Equipe técnica	119

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Marliéria, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Marliéria aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Marliéria/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Marliéria. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se, que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura,

Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação.

Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao Rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que,

com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;
- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.

⁶ O TapSee permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume à parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Marliéria

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

Antes denominada Onça Grande, a cidade de Marliéria está ligada à figura de Germano de Souza Baltazar que, dizendo-se médico, conseguiu sucesso financeiro e tornou-se um proprietário de terras local. Baltazar doou três alqueires de terra para a construção da capela Nossa Senhora das Dores (IBGE, 2016).

Em 1901, o povoado, por meio da Lei Provincial nº 32, transformou-se em distrito, ganhando a denominação de Babilônia. A decisão, mantida pela Lei Estadual nº 556, de 1911, subordinou o distrito a São Domingos do Prata (IBGE, 2016).

No ano de 1923, a denominação foi alterada para Marliéria, em homenagem ao catequizador e colonizador de índios Guido Tomaz Marlière. O distrito tornou-se município em 1953, por meio da Lei Estadual nº 1.039, desmembrando-se, assim, de São Domingos do Prata (IBGE, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Marliéria está situada corresponde a 548,85 Km², pertencendo à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Ipatinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 22,6° C.

Seus municípios limítrofes são: Bom Jesus do Galho, Dionísio, Jaguaráçu, São Domingos do Prata, Córrego Novo, Timóteo e Pingo D'água (MINAS GERAIS, 2016). O município possui os distritos de Marliéria e Cava Grande (BARBOSA, 1995).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Marliéria em 2016 era de 4.128 habitantes e sua densidade demográfica de 7,35 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Marliéria foi de 1,49%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento negativa (-0,08%). Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 21,88% em 2000, teve aumento fortemente expressivo em 10 anos, passando para 70,89% em 2010⁷. Já em Minas Gerais, observa-se aumento pouco significativo, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29%. Verifica-se, porém, o deslocamento contínuo da população pertencente às áreas rurais para a zona urbana tanto no município como no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização - Marliéria e Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Marliéria	População urbana	21,72	21,88	70,89
	População rural	78,28	78,12	29,11
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

⁷ O incremento populacional do município pode estar associado à criação do distrito de Cava Grande, em 2006 (Lei nº 863).

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Marliéria era composta por 49,78% de homens e 50,22% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Marliéria, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 33,13%, em 1991, para 13,81%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (5,49%, em 1991, para 15,41%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,86% da população de Marliéria possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Marliéria possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁸, observa-se que em Marliéria, no ano 2000, a razão de dependência foi de 58,71%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 52,45%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 10,12% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

⁸ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento de Marliéria e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Marliéria	Razão de dependência	73,27%	58,71%	52,45%
	Taxa de envelhecimento	6,55%	8,51%	10,12%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Marliéria e a Minas Gerais, sobretudo na razão de dependência.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O principal acesso ao município de Marliéria se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. O município não possui rodoviária, sendo o embarque e desembarque de passageiros realizado na Praça JK, localizada na sede do município.

Marliéria é atendida pela MG-320, que, por sua vez, conecta-se com a BR-262. Além disso, estradas vicinais ligam a sede ao distrito de Cava Grande e a outras localidades rurais. O município está situado a 196 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, encontrando-se próximo a cidades como Ipatinga (47 Km) e Timóteo (34 Km) (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

O transporte intermunicipal é realizado pelas empresas Viação Marli e Viação Saritur, cujos serviços são usualmente acessados pelo trecho da BR-381 mais próximo ao município (PRÁXIS, 2016).

O meio ferroviário, por sua vez, pode ser acessado no município de Timóteo, que conta com Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Já os serviços aeroviários mais

próximos encontram-se no município de Ipatinga, no Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Marliéria conta com a empresa Claro como a principal operadora de serviços de telefonia e internet móveis.

A Figura 6 seguir aponta à localização e, as principais vias de acesso ao município de Marliéria.

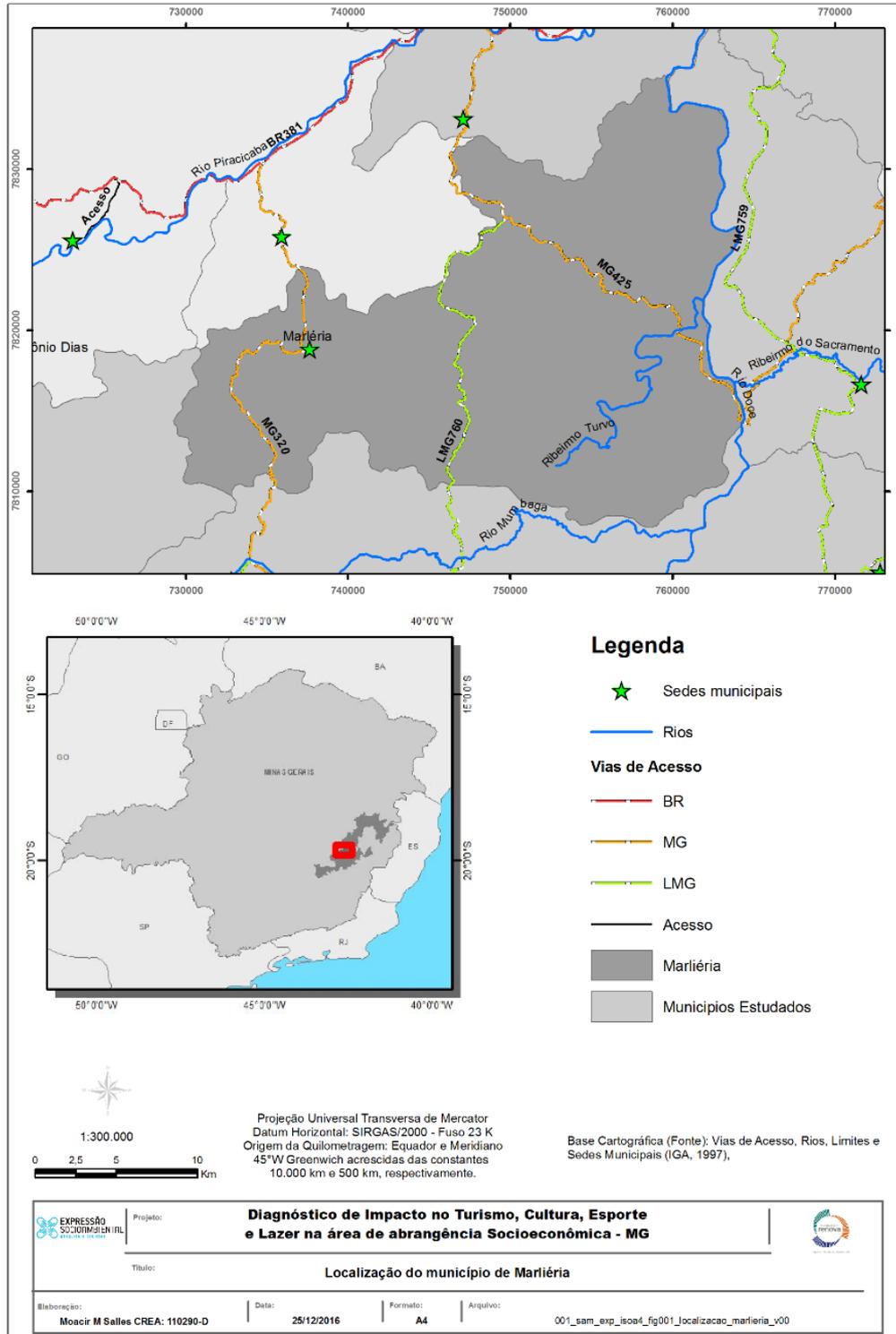


Figura 6 Mapa de localização do município de Mariéira

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Marliéria, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,242 do IDHM total, 0,151 do IDHM longevidade, 0,159 no IDHM renda e 0,316 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes. (IDHM para Marliéria e Minas Gerais– 1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Marliéria	0,415	0,554	0,657	0,687	0,750	0,838	0,470	0,595	0,629	0,221	0,381	0,537
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Marliéria foi de 0,657 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,221 para 0,537. O índice referente a longevidade merece destaque, alcançando 0,838 pontos em 2010, estando no mesmo patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Marliéria manteve-se constantemente abaixo do registrado no estado.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capita

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Marliéria, é possível identificar que o PIB do município se comportou de modo ascendente no período de 2011 a 2013, a despeito da queda de 2,9%, entre 2010 e 2011, para 2%, entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, porém, verificou-se aumento expressivo, tendo o crescimento do PIB saltado para 15,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 6,83% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Marliéria cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) - Marliéria e Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Marliéria	31.542	2,9	32.167	2	37.192	15,6
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$7.626,63, em 2010, e R\$9.016,00, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

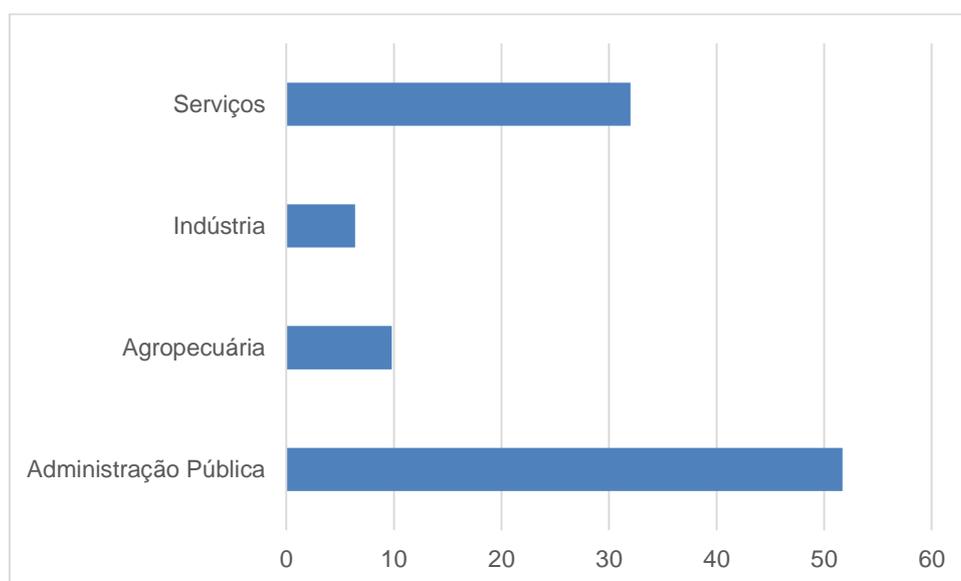
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Marliéria encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 51,7% e 32%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Marliéria



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 6,4% e 9,8%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Especialmente para o setor da indústria, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Empregos e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Marliéria possuía 950 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.191 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Marliéria	950	1.191
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 107 empregos em 54 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava somente 12 pessoas em 4 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 267 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Não foram identificadas informações referentes à legislação urbanística municipal por meio de dados primários ou secundários.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Marliéria. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹. Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Marliéria para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Marliéria, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 31 bens, serviços e atrativos turísticos no município, sendo o atrativo cultural de destaque na cidade a Capela São Geraldo.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística - Marliéria¹⁰

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	20
Equipamento de hospedagem	0
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	0
Locais/templos de manifestação de fé	7
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	2
Equipamentos Culturais	2
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	1
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Equipamentos de Esporte e Lazer	7
Atrativos	1

¹⁰ A Tabela de Síntese do Inventário de Ofertas Turísticas aqui apresentada se refere apenas aos bens e equipamentos identificados em trabalho de campo durante os meses de novembro e dezembro de 2016.

Atrativo natural	0
Atrativo cultural	1
Diversidade Cultural	1
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	0
Gastronomia	0
Total	31

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

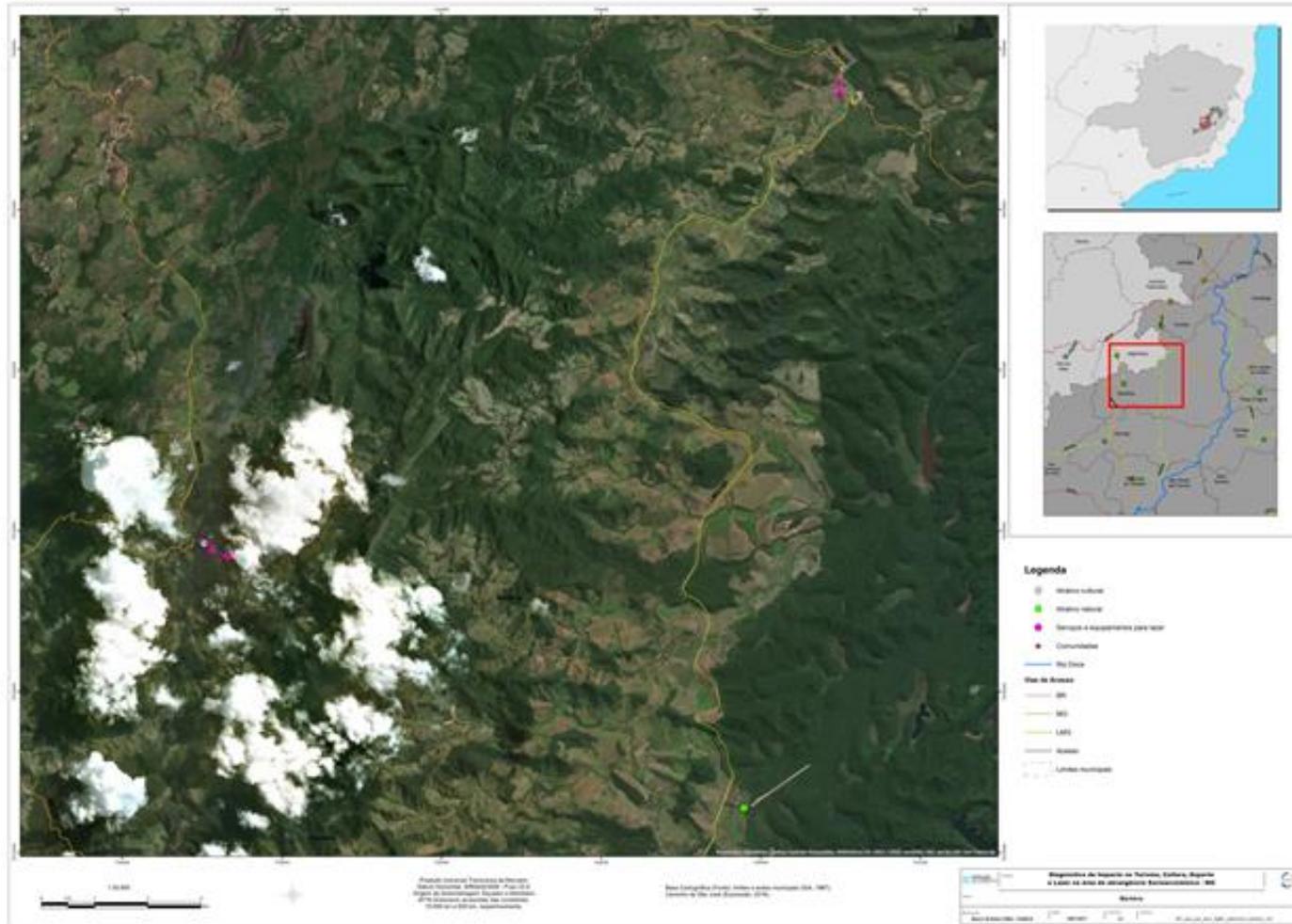


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Marliéria

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé, etc.);

- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);
- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc.).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro – FJP, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹¹”. Este indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o critério “Turismo”

11 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. A pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030, Marliéria ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

Em Marliéria, o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de turismo é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo. A atuação desse órgão é regida pela Lei nº 936/2010, que institui a Política Municipal de Turismo, cujo objetivo é a “implantação de um Planejamento Estratégico para o setor de turismo do Município, visando o incremento, a ordenação e o desenvolvimento da atividade turística local e regional” (Lei 936/2010, Art. 1º).

De acordo com o Ministério do Turismo (2016), o município de Marliéria é classificado na categoria D, o que, grosso modo, significa que a política de turismo no município está em estágio inicial. A categorização dos municípios é disponibilizada no mapa do turismo brasileiro e serve de instrumento para auxiliar gestores públicos na tomada de decisão.

Todavia, o município não possui Plano Municipal de Turismo – PMT, cuja elaboração é definida em Lei, tampouco legislação de incentivo ao turismo ou sistema de informações e indicadores para gerenciar e/ou acompanhar a política de turismo no município.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

O município possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, tendo este sido criado em 2001 pela Lei nº. 768. O COMTUR possui caráter deliberativo e é composto por nove membros, cuja maioria representa a sociedade civil. No entanto, de acordo com a gestora pública entrevistada, o Conselho encontra-se inativo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o conselho é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”. Considera-se ser este o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do PMT.

Segundo a Lei que instituiu o COMTUR em Marliéria:

Art. 2º. – O Conselho Municipal de Turismo será composto por representantes indicados pelos seguintes órgãos ou instituições:

I – 01 (um) representante do Departamento do Meio Ambiente, Turismo e Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Marliéria, que exercerá a função de Secretário Executivo do Conselho.

II – 01 (um) representante do Departamento de Educação e Cultura da Prefeitura Municipal de Marliéria.

III – 01 (um) representante dos comerciantes e empresas de prestação de serviços.

IV – 01 (um) representante da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – EMATER-MG.

V – 01 (um) representante do I.E.F/PERD – Instituto Estadual de Florestas/Parque Estadual do Rio Doce.

VI – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marliéria – STR Marliéria.

VII – 01 (um) representante do Sindicato dos Produtores Rurais de Marliéria, Jaguaraçu e Timóteo.

VIII – 01 (um) representante dos donos de pousadas ou similares.

IX – 01 (um) representante das Associações Comunitárias de Marliéria.

Sendo assim, percebe-se que este conselho tem a maioria de seus membros ligados à sociedade civil (06), contando apenas com uma minoria ligada ao poder público (03).

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

A Lei no 769/2001 dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, instrumento de suporte e apoio financeiro à implementação e manutenção de projetos e programas relacionados ao turismo em Marliéria.

Conforme consta nesta Lei, a gestão do Fundo Municipal de Turismo é prerrogativa do COMTUR (Artigo 3º). Em seu Parágrafo 1º, a referida Lei aponta que “a movimentação e a aplicação dos recursos do FUMTUR serão deliberadas pela diretoria do Conselho Municipal de Turismo”. Prevê-se que os recursos passíveis de serem aportados no FUMTUR devem ser provenientes de dotação orçamentária específica para o turismo, de contribuição, transferências, subvenções, doações e bilheterias de eventos artísticos, bem como demais receitas provenientes do turismo.

A FJP (2013) mediu o esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo¹²”. Desse modo, verificou-se que “Os gastos orçamentários de Marliéria na subfunção turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0,6% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009”. Demonstra-se, assim, um pequeno esforço para o desenvolvimento do setor.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Marliéria participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento da gestão estadual voltado para o setor.

Marliéria está inserida no Circuito Mata Atlântica de Minas, constituído pelos municípios próximos ao Parque Estadual do Rio Doce, a saber: Açucena, Belo Oriente, Coronel Fabriciano, Ipatinga, Santana do Paraíso, São Domingos do Prata e Timóteo.

12 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo.

O Parque Estadual do Rio Doce é uma unidade de conservação que abriga a maior floresta tropical de Minas Gerais e o 3º maior complexo lacustre do país, com 40 lagoas. Em sua área, já foram identificadas mais de mil espécies de vegetais e animais. Somam-se a esse patrimônio natural, cachoeiras, trilhas e relevantes fatos históricos.

O município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável. Embora exista uma dotação orçamentária própria para o setor, segundo o gestor entrevistado, não foram identificados programas ou projetos desenvolvidos com recursos próprios do município.

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

A cidade de Marliéria já possuía Inventário de Oferta Turística preliminar quando do levantamento em campo realizado pela Expressão Socioambiental, entre novembro e dezembro de 2016, sendo necessário apenas validar e atualizar as informações.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são caracterizados nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base essa definição, foram inventariadas duas pousadas, um alojamento e uma área de camping no município de Marliéria.

Salienta-se que na edição anterior do INVTUR (2014), foram inventariados oito estabelecimentos. Contudo, por motivos desconhecidos, quatro deles encontram-se fechados.



Considerada a infraestrutura de todos os meios de hospedagem atualmente existentes no município, tem-se 57 unidades habitacionais e um total de 155 leitos, além de 250 vagas na área de camping.

Os meios de hospedagem inventariados em Marliéria são:

- Alojamentos do Parque Estadual do Rio Doce;
- Área de camping do Parque Estadual do Rio Doce;
- Pousada Gentil;
- Pousada Solar das Hortências.

Tabela 8 Meios de Hospedagem

Alojamentos do Parque Estadual do Rio Doce	Área de Camping Parque Estadual do Rio Doce
	
Pousada Gentil	Pousada Solar das Hortências
	

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados 13 empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados. Destes, alguns já haviam sido inventariados na edição anterior do INVTUR.

Os empreendimentos que tiveram os inventários atualizados e/ou validados são:

- Bar do Zé Garnizé;
- Bar do Leandro;
- Te Cavas Brasil;
- Lanchonete e Sorveteria Sabor Tropical;
- Cervejaria;
- Restaurante Ki Traíras;
- Restaurante Sá Donana;
- Mercadinho do Hélio;
- Skina Bar e Lanchonete;
- Pizza & Cia;
- Centro Lanches;
- Toca do Rubão;
- Restaurante D'Mata.

Tabela 9 Equipamentos de refeição

Bar do Zé Garnizé



Bar do Leandro



Te Cavas Brasil



Lanchonete e Sorveteria Sabor Tropical





Cervejaria



Restaurante Ki Traíras



Restaurante Sá Donana



Mercadinho do Hélio





Skina Bar e Restaurante



Pizza & Cia



Centro Lanches



Toca do Rubão





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No levantamento de campo, realizado nos meses de novembro e dezembro de 2016, foram inventariados dois prestadores de serviço de transporte: o taxista Senhor Élcio Moreira e a empresa de ônibus Viação Marli.

3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

Foi identificado no município um espaço para a realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows e outros: o Parque de Exposição Municipal de Marliéria.

Parque de exposição municipal de Marliéria



Figura 8 Parque de exposição municipal de Marliéria

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

O trabalho de atualização do INVTUR permitiu inventariar cinco templos de fé:

- Assembleia de Deus;
- Igreja Cristã Maranata;
- Assembleia de Deus;
- Igreja Nossa Senhora das Dores;
- Capelinha Santo Antônio.



Assembleia de Deus



Igreja Cristã Maranata

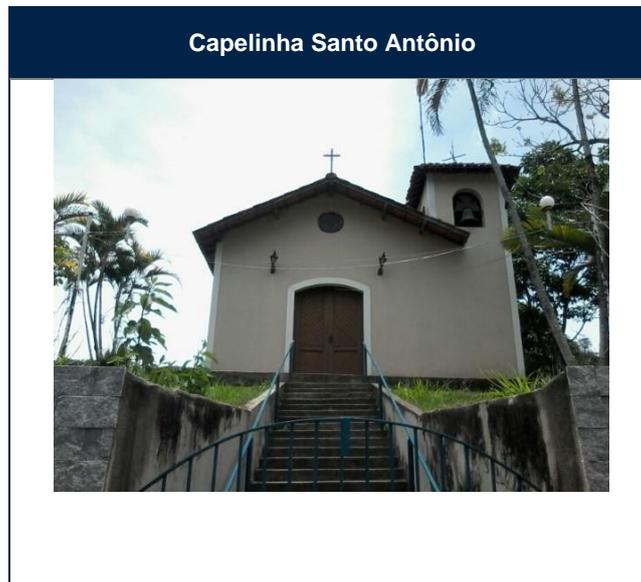


Assembleia de Deus



Igreja Nossa Senhora das Dores





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

Foi realizado o inventário turístico de dois atrativos naturais, a saber: Parque Estadual do Rio Doce e Lagoa Bispo Dom Helvécio.

O Parque Estadual do Rio Doce – PERD – possui grande importância local e para Minas Gerais. De acordo com o Instituto Estadual de Florestas, instituição que administra o PERD, o Parque foi a primeira unidade de conservação criada no estado. Ele abriga a maior floresta tropical de Minas Gerais e possui um notável sistema lacustre, composto por 40 lagoas naturais. “As lagoas abrigam uma grande diversidade de peixes, que servem de importante instrumento para estudos e pesquisas da fauna aquática nativa, com espécies tais como bagre, cará, lambari, cumbaca, manjuba, piabinha, traíra, tucunaré, dentre outras. No rio Doce é possível encontrar espécies da avifauna como o beija-flor besourinho, chauá, jacu-açu, saíra, anumará, entre outros. Animais conhecidos da fauna brasileira também são frequentes no Parque, capivara, anta, macacos-prego, sauá, paca e cotia, bem como espécies ameaçadas de extinção, a onça pintada, o macuco e o mono-carvoeiro, maior primata das Américas” (IEF, 2016).

De acordo com o gerente do parque, Vinicius de Assis, a unidade de conservação dispõe de completa infraestrutura para atendimento a turistas e pesquisadores: portaria, área de camping, alojamentos, restaurante, centro de pesquisas e centro de visitantes.

Dentro do parque é possível realizar diversas atividades, como passeio de barco, caminhada em trilhas guiadas e autoguiadas e passeio de bicicleta. A visita não é guiada e a entrada é paga.



Figura 9 Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Já a Lagoa Bispo Dom Helvécio – ou Lagoa Dom Helvécio – se localiza na parte sudoeste do Parque Estadual do Rio Doce é a maior lagoa natural em extensão e profundidade do Brasil, com 6,7 Km² e profundidade de até 32,5 metros.

Lagoa Dom Helvécio



Figura 10 Lagoa Dom Helvécio

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo

prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A Figura 11 traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.

Figura 11 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura



Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Marliéria, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

Do ponto de vista da gestão pública de cultura, Marliéria não conta com pasta exclusiva, sendo a política cultural executada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. Segundo apurado no Diagnóstico Rápido Participativo – DRP¹³, de 2014, a Secretaria não

¹³ No final do ano de 2014, foi realizado um Diagnóstico Rápido Participativo – DRP no município de Marliéria, no contexto do Curso de Capacitação de Gestores Culturais, financiado pela empresa Arcelor Mittal Bioflorestas. Participaram de sua elaboração artistas, produtores e gestores culturais da região.

possui estrutura, recursos orçamentários ou pessoal suficiente para o cumprimento de todas as suas atribuições, o que tem dificultado a realização de programas, projetos e ações culturais públicas no município.

De acordo com informações constantes da MUNIC – Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Módulo Cultura, do IBGE 2014 –, o órgão contava com apenas quatro funcionários, incluindo a Secretária, para a realização de todas as suas funções.

Apesar de informar na MUNIC que o município possui política cultural em desenvolvimento, especialmente focada na proteção do patrimônio cultural e na preservação das tradições locais, destaca-se que Marliéria ainda não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. O município também não elaborou Plano Municipal de Cultura ou realizou qualquer tipo de mapeamento cultural, cadastro de artistas e grupos ou sistema de indicadores culturais.

Entre as ações desenvolvidas pelo poder público na área da cultura informadas a MUNIC – Módulo Cultura, foram mencionadas: a manutenção de convênios com organizações culturais da sociedade civil; a realização de mostras e festivais de cinema e vídeo; a oferta de oficinas e cursos formativos nas áreas de artesanato, teatro e música; e o apoio a empreendimentos e negócios de cunho criativo.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Para garantir a participação da sociedade civil na política cultural, o município conta com o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Histórico, criado pela Lei nº 827/2005. Todavia, falta implantar o Conselho Municipal de Política Cultural.

Tal documento é a principal referência atual da Secretaria para o desenvolvimento de seus trabalhos e vem sendo constantemente atualizado pelo grupo no município. Assim sendo, foi usado como referência esta análise, somado aos dados coletados em campo e aos dados secundários levantados durante a elaboração do presente diagnóstico.

O município realizou Conferência Municipal de Cultura, em 2011, embora seja importante realçar que esta não está prevista em nenhuma legislação municipal específica, o que não garante sua realização periódica.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Através de recursos próprios ou serviços, a Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer tem realizado e/ou apoiado iniciativas de terceiros, tais como seminários, palestras, apresentações musicais, premiações, montagens teatrais, desfiles de carnaval e outras festas, celebrações e manifestações tradicionais e populares, conforme consta na MUNIC 2014.

Outras formas de participação municipal para promover, fomentar e apoiar iniciativas no setor cultural são relacionadas a recursos obtidos em parcerias privadas e com o governo estadual, além de apoio institucional, isto é, não financeiro.

Nas entrevistas realizadas em campo, em 2016, também foi realçado que a prefeitura está sempre disposta a contribuir e apoiar os trabalhos das associações, do grupo de teatro, corporação musical, a banda, além da Associação de Amigos do Parque Estadual do Rio Doce.

Foi mencionado, ainda, ter havido parceria, até 2014, com o projeto Criança Esperança, realizado por uma Organização Não Governamental – ONG, no distrito de Cava Grande, com apoio financeiro e logístico.

No orçamento municipal, há dotação orçamentária específica para a Cultura. A Tabela 10 traz informações relativas aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultadas no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹⁴.

14 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

Tabela 10 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Marliéria (2014 e 2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	15.238.473,84	18.435.850,00
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	12.457.850,85	12.433.605,05
Despesa total com a Unidade Seção de Cultura (valor executado e liquidado)	218.095,35	198.604,26
Ação Invest. em serviços culturais (valor executado e liquidado)	30.488,13	-
Ação Manut. ativ. admin. serviços culturais (valor executado e liquidado)	65.348,48	91.647,11
Ação Promoção de festas e eventos culturais (valor executado e liquidado)	122.258,74	90.592,53
Ação Contribuição a ent. sociocult. munic. (valor executado e liquidado)	-	2.014,62
Ação Promoção de atividades culturais (valor executado e liquidado)	-	14.350,00
Despesa total com a Unidade Fundo munic. de pres. de bens culturais (valor executado e liquidado)	-	3.950,50

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

OBS: apenas valores liquidados; os valores empenhados não foram aqui considerados.

De acordo com tal fonte, constam R\$ 218 mil gastos na Unidade Seção de Cultura em 2014, o que correspondia a cerca de 1,7% do orçamento municipal anual executado. Desse total, 56% foi aplicado na Ação Promoção de Festas e Eventos e o restante foi dividido entre as ações Investimento em Serviços Culturais e Manutenção das atividades de administração dos serviços culturais.

Já no orçamento de 2015, o valor dos gastos com a Cultura foi reduzido para R\$ 202 mil, distribuídos entre a Unidade Seção de Cultura e a Unidade Fundo Municipal de Preservação de Bens Culturais. Ainda que tenham sido acrescentadas novas rubricas no referido ano, os maiores percentuais também foram aplicados na Manutenção das atividades de administração dos serviços culturais (45,2%) e na Promoção de Festas e Eventos (44,7%).

Do ponto de vista da legislação de financiamento à cultura, Marliéria não possui fundo de cultura e tampouco lei municipal de incentivo à cultura.

Foi criado, porém, o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural pela Lei nº 947 de 2010, regulamentado pelo Decreto nº 32 de 2010, cuja previsão de receita é constituída de recursos provenientes de dotações orçamentárias, convênios, doações, ICMS Patrimônio Cultural e outras.

O município participa das políticas estaduais de fomento à Cultura de diferentes formas, a exemplo do Programa ICMS Patrimônio Cultural do IEPHA. Sua biblioteca pública, a Biblioteca Fernando Sabino, integra a rede de bibliotecas da Superintendência de Bibliotecas e a Corporação Musical de Marliéria é cadastrada no programa das bandas de música da Superintendência de Ação Cultural, podendo receber doações e apoio técnico de ambos os setores da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.

Os esforços empreendidos nos últimos anos em política pública de proteção do patrimônio, representaram um aumento significativo dos valores repassados ao município através do programa ICMS Patrimônio Cultural¹⁵: R\$ 1.316,42, em 2014; R\$ 91.563,52, em 2015; e R\$ 95.019,90, em 2016 (FJP, 2016).

15 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A cidade de Marliéria já possuía o Inventário de Oferta Turística – INVTUR, importante instrumento de formulação de políticas públicas de cultura, turismo, esporte e lazer. Assim, as informações pré-existentes sobre espaços e equipamentos de cultura do município foram validadas e/ou atualizadas por pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e demais Espaços Expositivos

O município não dispõe de museu ou de centro cultural. A participação da iniciativa privada no setor cultural é revelada pela sala para oficinas, Espaço Oficina da Terra, construída pelo Banco Sicoob. Destaca-se que no local reúne-se o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

O Arquivo Público, criado pela Lei nº 977/2011, ainda não foi implantado. Este é um equipamento fundamental para os serviços de organização e disponibilização de documentos, fotos e registros históricos do município, favorecendo a consulta e a fruição da memória social e da história do lugar, além de promover a preservação, a valorização e a difusão do patrimônio local.

Marliéria possui três bibliotecas de amplo acesso ao público: a Biblioteca Pública Municipal Fernando Sabino, que ocupa uma área de 30 m², apresenta estado regular de conservação, conta com 300 leitores cadastrados e registra, em média, 500 leitores por mês; a Biblioteca Pública Municipal Carlos Drummond de Andrade, no distrito de Cava Grande; e a Biblioteca Comunitária Padre Cícero de Castro Sabino.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos.

A cidade também dispõe de espaço adequado à difusão e à fruição de manifestações artísticas, necessário para abrigar produções locais e externas. Este é o caso do Teatro Mutirão, que também funciona como sala de espetáculos. Reformado em 2013, mediante mobilização financeira junto à comunidade, o mesmo encontra-se desativado.



Figura 12 Reforma do Teatro Mutirão

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Além dos diversos eventos e festejos realizados ao longo do ano, Marliéria conta com uma série de pessoas que se envolvem na produção artística e cultural de maneira constante. Mais interessante ainda é o fato de que os diversos grupos existentes compartilham não apenas ações e recursos, mas também, e principalmente, integrantes, isto é, uma mesma pessoa faz parte de grupos diferentes, o que favorece o compartilhamento de estratégias e a integração entre eles.

De acordo com o gestor público entrevistado, entre os diversos grupos existentes, os mais atuantes são:

- Associação Feminina Marlierense, com trabalhos na área do artesanato;
- Grupo Teatral Babilônia;
- Corporação Musical de Marliéria, fundada em 2005 e composta por 80 alunos;
- Orquestra de Flautas, mantida pela Corporação Musical;
- Banda de Música, mantida pela Corporação Musical;
- Associação Amigos do Parque Rio Doce;
- SOMA – Sociedade Marlierense de Cultura;
- Blocos de carnaval: Blocão, das Virgens e da Terceira Idade;
- Coral Mensageiros de Cristo, da Igreja Evangélica;
- Coral Vox Adonai, da Igreja Católica;
- Grupo Bem Querer, da “melhor idade”;
- Associação Feminina de Bordadeiras.



Figura 13 Apresentações do Grupo Teatral Babilônia, no espaço público e no interior da Igreja Nossa Senhora das Dores.

Fonte: <http://grupoteatrababiloniamarleria.blogspot.com.br/>



Figura 14 Alunos da Corporação Musical Marliéria.

Fonte: http://www.diariodoaco.com.br/images/noticias/1700/Zj63dmusicmarli_site_3.jpg

Na área do artesanato foram citadas as produções em bordado, entalhe em madeira, móveis de bambu e balaios. Na gastronomia, mencionou-se doces, queijos e biscoitos caseiros.

Na literatura, foi mencionada a existência de escritores e de atividades de leitura e de contação de histórias em praça pública e em feiras culturais escolares. Também é feito referência ao evento Contos e Causos, realizado no Parque do Rio Doce.

Por fim, foram mencionadas as manifestações que ocorrem no distrito de Cava Grande, especialmente a produção de tapetes devocionais nas ruas, nas celebrações católicas do Corpus Christi; o “Louvorzão” da Igreja Evangélica; a Feira do Produtor Rural (com apresentações culturais); e a Festa do Trabalhador.



Figura 15 Tapetes Devocionais de Corpus Christi, no Distrito de Cava Grande.

Fonte: <http://www.plox.com.br/sites/default/files/images/2015Junho/bj-5.jpg>

A maior parte dos grupos culturais em atividade em Marliéria oferece cursos de formação artística, como parte de suas atividades regulares. Além disso, como antes mencionado, a prefeitura, através da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer, também realiza com regularidade oficinas e cursos nessa área.

Entre as atividades encontradas, merecem destaque:

- Curso de capacitação de gestores culturais, projeto patrocinado pela Arcelor Mittal Bioflorestas, via Lei Estadual de Incentivo à Cultura;
- Ações regulares de capacitação em artes cênicas;
- Oficinas diversas de musicalização, ofertadas pela Corporação Musical e corais, além de educação musical nas escolas;
- Oficinas ofertadas pela Associação Feminina Marlierense e o Centro de Referência de Assistência Social - CRAS: técnicas de bordado, pintura em tecido, patchwork e produtos artesanais diversos, com materiais reciclados;
- Curso de fotografia;
- Curso de pintura;
- Cursos diversos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR;



- Capacitação em adereços de carnaval, oferecida pelos próprios grupos carnavalescos, durante a preparação para a folia;
- Educação ambiental nas escolas;
- Projeto Musicalizando Marliéria, oferecido pela Corporação Musical, em parceria com a prefeitura.

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural do município se compõe dos seguintes eventos ao longo do ano:

- Fevereiro: Carnajaó;
- Fevereiro: Semana Santa;
- Março: aniversário da cidade;
- Maio: comemorações do mês de Maria;
- Maio ou Junho: Corpus Christi e festa do Sagrado Coração de Jesus (patrono do município);
- Junho: festa junina;
- Setembro: Sete de Setembro;
- Outubro: festa de Nossa Senhora Aparecida.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

Marliéria possui legislação de proteção do patrimônio material e imaterial, a Lei nº 827/2005, que estabelece a Proteção do Patrimônio Cultural e Histórico do município, em atendimento ao disposto no Art. 216 da Constituição Federal. O cumprimento de legislação de proteção do patrimônio, de natureza material e imaterial, é um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir o primeiro passo para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural. Dados de 2013 demonstram que o município de Marliéria, tal como 85,8% dos municípios de Minas Gerais, já dispunha de lei de proteção do patrimônio cultural (IMRS).

Já o Decreto nº 31/2010 institui as formas de registros de bens culturais de natureza imaterial ou intangível que constituem patrimônio cultural de Marliéria.

A Lei nº 947/2010 criou o Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em funcionamento, regulamentado pelo Decreto nº 32/2010. A gestão desse Fundo é feita pela Secretaria Municipal de Finanças, ouvido o Conselho Municipal de Patrimônio, criado pelo Decreto Lei nº 14/2009, ativo, de caráter deliberativo e de representação não paritária.

O município também participa da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural e realizou o inventário de bens culturais, materiais e imateriais. Os esforços empreendidos nos últimos anos em política pública de proteção do patrimônio se expressam no aumento da pontuação atribuída pelo IEPHA em 2016, após significativa queda observada entre 2013 e 2015. A pontuação do município passou de 10,40 no exercício 2013 para 4,55 no exercício 2015, sendo parcialmente recuperada em 2016, quando passou a 7,15, ano em que a pontuação mínima foi de 1,40, a máxima de 58,50 (Mariana) e a média 7,83.

A relação de bens tombados pela legislação municipal é:

- Edifício da Prefeitura Municipal, Decreto nº 88 de 30/11/2016;
- Imagem de Nossa Senhora da Saúde, Decreto nº 36/2010;
- Capela de Santo Antônio, Decreto nº 32/2011;
- Edifício Escolas Reunidas de Marliéria, antigo semi-internato,
- Decreto nº 068/2014;
- Edifício da Escola Estadual Liberato de Castro, Decreto nº 059/2015.



Figura 16 Escola Estadual Liberato de Castro

Fonte: <http://marlieriahoje.blogspot.com.br/2015/11/tombamento-da-escola-estadual-liberato.html>.

Na comemoração de seu Jubileu de Ouro, o edifício da Escola Estadual Liberato de Castro, inaugurado em 1965, foi tombado pelo Decreto nº 059/2015, por seu valor histórico e cultural. Trata-se de termo de tombamento isolado do imóvel, que faz menção à Praça Otacílio Fernandes Ávila como seu endereço. Sua configuração em forma de U, indiretamente, também garante a proteção da praça.

Entre os elementos imateriais da cultura local, está registrada a Romaria Ecológica Diocesana Dom Helvécio, no Livro das Celebrações, mediante o Decreto nº 35/2010, que ocorre nas comunidades da sede, Estrada Parque, Santo Antônio da Mata, Santa Rita e Parque Estadual do Rio Doce.

3.2.2.6 Educação Patrimonial

O município desenvolve o projeto de educação patrimonial EDUCAR na rede municipal de ensino, em conformidade com as orientações da Deliberação Normativa do CONEP 02/2012. O objetivo é favorecer o conhecimento do patrimônio cultural da cidade, conscientizando os alunos quanto à cidadania, à identidade cultural e à memória. A metodologia proposta pelo IEPHA consiste no desenvolvimento de aulas, palestras, debates,

pesquisas, entrevistas, redações, maquete, visita guiada ao bem cultural escolhido e feira cultural.

Com o tema “Patrimônio Urbano”, foi ministrada palestra do Projeto Educar, na Escola Municipal Padre João Borges Quintão, em 2015, pela então Secretária de Cultura, Esporte e Lazer. Esta participou, ainda, do curso “Gestão do Patrimônio Histórico – ICMS Cultural”, também em 2015.

O município também participa da Jornada do Patrimônio Cultural com apresentações teatrais.

Vale destacar a iniciativa de educação ambiental e patrimonial da Associação dos Amigos do Parque Estadual do Rio Doce, que realiza o evento Causos e Contos na própria unidade de conservação. Em sua 5ª edição, o evento foi dedicado a contar a história e as tradições dos tropeiros, desbravadores da região do Vale do Aço. As romarias ecológicas realizadas em julho, em comemoração ao aniversário do Parque, são também formas de preservar a tradição. Participantes saem dos municípios de Marliéria, Dionísio e Timóteo para celebração da natureza e confraternização.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial.

É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Marliéria, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer é realizada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer. A Lei Orgânica do Município de Marliéria dispõe, em seu Artigo 182, ser dever do Município fomentar práticas desportivas, sendo estas entendidas como um direito dos cidadãos. Ademais, a Lei dispõe que deve ser observada a destinação de recursos públicos para: a formação prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento; o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não profissional; a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação.

Entretanto, observou-se que, embora a Política Nacional do Esporte assinala que é papel do município “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, Marliéria não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer.

Em 2013, o município estava entre os 474 municípios mineiros que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer, segundo informou estudo realizado pela Fundação João Pinheiro – indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte¹⁶” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social (IMRS).

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Constatou-se não haver Conselho Municipal de Esporte em Marliéria. Diante disso, em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportes (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009) – verificou-se que o município não obteve pontuação no ano base 2015 (MINAS GERAIS, 2016).

16 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais. (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais, que tem como objetivo fomentar: a realização de programas/projetos esportivos; a organização da política esportiva dos municípios; e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do ICMS Esportivo, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base (ano civil imediatamente anterior ao ano de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo) (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

A Lei nº 962, de 17 de maio de 2011, foi responsável pela criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer em Marliéria. Entretanto, o Fundo encontra-se inativo, conforme informou a gestora municipal entrevistada. De acordo com ela, há dotação orçamentária destinada à Secretaria, ainda que não soubesse especificar o percentual destinado aos setores. A entrevistada ressaltou, ainda, que a prefeitura utiliza recursos próprios, recursos obtidos em parceria com o Governo Federal e apoio não financeiro para promover, fomentar e apoiar iniciativas no esporte e no lazer.

Os gastos orçamentários de Marliéria em 2013 nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0% do total do orçamento municipal, conforme indicado nas prestações de contas anuais. Em 2009, esse percentual era de 0,4%, apresentando supressão no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013 (dados obtidos no indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁷” – Índice Mineiro de Responsabilidade Social de “Esporte e Lazer”).

17 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município. (FJP, 2013).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, o município de Marliéria tem participação efetiva nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Em 2015, a Federação Mineira de Xadrez teve o projeto “Mentes Brillhantes”, que foi aprovado pela Lei de Incentivo ao Esporte Estadual, no Edital 01/2015. O projeto seria desenvolvido em oito municípios, dentre eles Marliéria. Porém, a instituição proponente desistiu da captação e o projeto não foi realizado.

O levantamento de dados em campo possibilitou apurar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município ou que este participa são: Campeonatos Intermunicipais de Futebol; Jogos Escolares do Estado de Minas Gerais; Torneio Municipal de Futebol (com a participação das nove comunidades do município e que acontece no Distrito de Cava Grande); Passeio de bicicleta nas trilhas e Corrida Ecológica do Parque, que está em sua 7ª edição.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

A sede do município e o distrito de Cava Grande oferecem espaços dotados de infraestruturas de lazer e entretenimento, que são importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, festas e realização de atividades culturais diversificadas, como feiras e apresentações de bandas e peças teatrais. Foram inventariados nove equipamentos, a saber:

- Academia ao ar livre;
- Estádio Municipal Alípio Assis Quintão;
- Quadra Estadual em Horto Belém;
- Ginásio Poliesportivo Félix Lana de Castro;
- Praça José Raimundo de Godoy Quintão, central, bem equipada e conservada, é muito frequentada como espaço de encontro, lazer, caminhadas e exercícios ao ar livre;
- Praça JK, na área central e que se tornou o principal local de encontro dos moradores;



- Praça Félix de Castro, na área central;
- Praça de Cava Grande, com equipamento infantil de madeira, bancos e canteiros gramados e arborizados;
- Praça Otacílio Fernandes Ávila, no interior do edifício da Escola Estadual Liberato de Castro, tombada em 2015.

Tabela 11 Espaços de esporte e lazer

Academia ao ar livre



Estádio Municipal Alípio Assis Quintão



Ginásio Poliesportivo Felix Lana de Castro



Praça José Raimundo de Godoy Quintão



Praça JK



Praça Felix de Castro



Praça de Cava Grande



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado por meio de pesquisas no principal sítio de busca da internet, o google¹⁸. Para isso foram utilizadas taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância¹⁹. As taxonomias utilizadas foram: I) Marliéria E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; e II) Marliéria E barragem.

A tabela abaixo apresenta a compilação dos resultados da pesquisa e da avaliação de impacto na imagem do município.

Tabela 12 Clipping de notícias Marliéria

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
Lama de barragens de Mariana chega ao Rio Doce, no Leste de Minas	07/11/2015	G1 / Vales de Minas Gerais / Inter TV	goo.gl/kUHTvx	Regional	Negativo
Rejeitos da Barragem do Fundão ameaçam ecossistema da Amazônia mineira	-	Estado de Minas	goo.gl/kCtKux	Regional	Negativo
Um ano depois da lama da mineração passar pelo Vale do Aço	06/11/2016	Portal Diário do Aço	goo.gl/a2z67e	Regional	Negativo
Animais e vegetação também sofrem com a lama das barragens	10/11/2015	O Globo	goo.gl/6IOQ1G	Nacional	Negativo
CBH – Doce reúne prefeitos de municípios atingidos	19/05/2016	CBH	goo.gl/QLVmEZ	Regional	Negativo

¹⁸ goo.gl/46bXSx

¹⁹ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

pele rompimento da barragem de Fundão					
Programa de financiamento para empresas afetadas pela tragédia de Mariana é prorrogado	26/02/2016	Aconteceu no Vale	goo.gl/rDZu25	Nacional	Negativo
Recuperação levará décadas	07/11/2015	O Tempo	goo.gl/A6tR4z	Regional	Negativo
Sistema Estadual de Meio Ambiente trabalha na região afetada	01/07/2016	Agência Minas	goo.gl/n73Vzv	Regional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

As notícias encontradas se referem aos mais diversos temas, destacando Marliéria como um dos primeiros municípios a receberem a lama oriunda do rompimento da barragem de Fundão. Exemplos são a atuação do Sistema Estadual de Meio Ambiente nas localidades afetadas e os desafios impostos aos trabalhos de recuperação dos efeitos provocados pelo Evento.

É importante observar que parte da área que compreende o Parque Estadual do Rio Doce²⁰ está localizada em Marliéria, estendendo-se, ainda, a Dionísio e Timóteo. Desse modo, ressalta-se que algumas notícias têm como foco o parque, o que reflete sobre a imagem dos referidos municípios aos quais ele pertence. Um exemplo é a matéria “Rejeitos da Barragem do Fundão ameaçam ecossistema da Amazônia mineira”, publicada no sítio eletrônico do Jornal Estado de Minas. Nela, aponta-se para os “estragos causados pela lama de rejeitos da Barragem do Fundão, da Samarco, na fauna e flora do parque, a mais extensa reserva de mata atlântica de Minas e conhecido como a Amazônia mineira”.

²⁰ goo.gl/vP2dFX



Figura 17 Ponte Queimada – Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Fotografia tirada por Beto Novaes (EM/D.A Press). Disponível em: goo.gl/kCtKux

A Figura 17, acima, referente à Ponte Queimada, situada no Parque Estadual do Rio Doce, integra a referida reportagem. Na matéria faz-se referência à Ponte Queimada como “um dos locais mais afetados pela lama de rejeitos”.

A situação do Parque Estadual do Rio Doce também é objeto da matéria “Animais e vegetação também sofrem com a lama das barragens”, publicada no sítio eletrônico do jornal O Globo. Nela, lê-se que “a fauna e a flora locais levarão pelo menos uma década para se recuperar”.

Já no sítio do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH – Doce), a matéria informa a respeito de reunião entre os Prefeitos dos municípios atingidos, realizada em dezembro de 2015, a fim de discutir medidas emergenciais.

Das notícias presentes na amostra, observa-se que somente duas foram publicadas por veículos de alcance nacional, enquanto seis possuem abrangência regional. Entre as notícias veiculadas em sítios de maior alcance, verifica-se que uma se refere aos impactos e outra às ações para solucioná-los.

Ademais, é possível perceber que o nome do município não figura em nenhum título das notícias selecionadas para amostra do clipping. Por outro lado, O Globo, Estado de Minas e G1 são veículos de notícias pertencentes à grande mídia e, portanto, com grande alcance.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²¹ resultante do texto da notícia descrita e analisada. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “água”, “lama”, “rio” e “parque”. Salienta-se que a alta frequência do termo “parque” evidencia a relevância do Parque Estadual do Rio Doce para a análise da imagem do município de Marliéria. Ainda que tenham sido encontrados termos essencialmente negativos, a exemplo de “rejeito”, observa-se que os mesmos não são dominantes.



Figura 18 Nuvem de termos referentes a Marliéria

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

21 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Marliéria é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções no município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²², um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o acesso a produções relevantes e recentes. Além disso, sendo a Conectas²³ e a Onda Política²⁴ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁵ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁶, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

Tabela 13 Síntese de citações

Município de Marliéria		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não

²² goo.gl/hBGDKp

²³ goo.gl/BcEHVc

²⁴ goo.gl/x1VYhC

²⁵ Organização Não Governamental

²⁶ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na Tabela 13 acima, é possível observar que o município de Marliéria foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁷ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁸, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento promovem uma reflexão a respeito da atividade mineradora no Brasil²⁹.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁰.

27 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

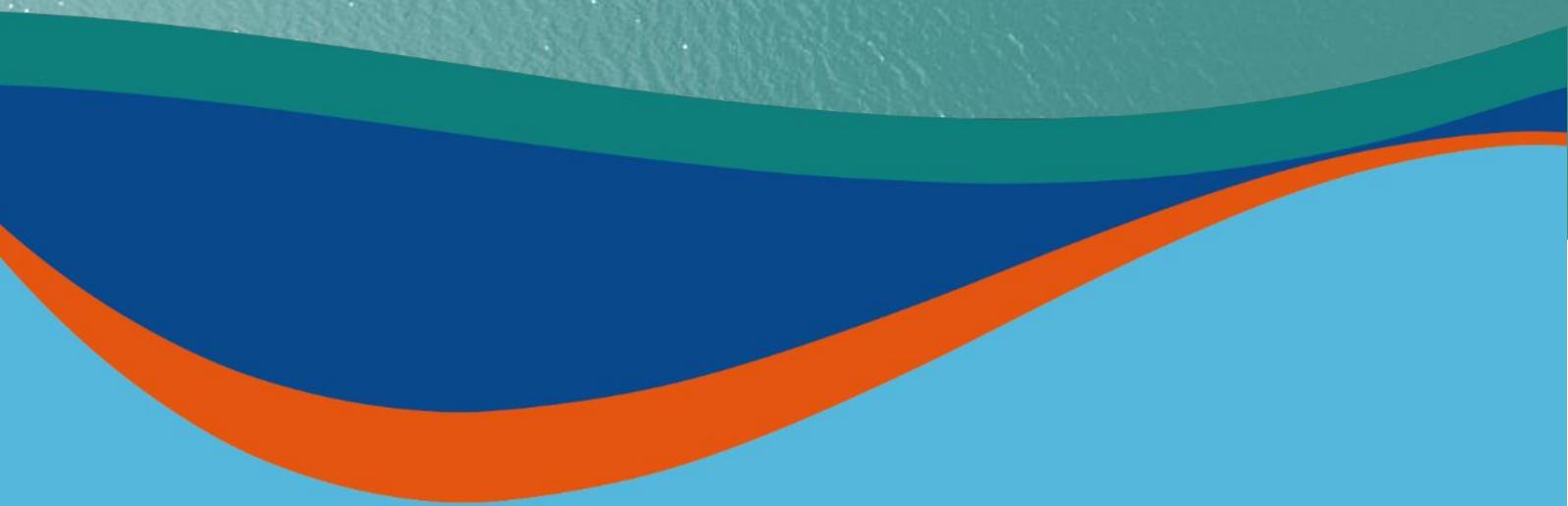
28 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

29 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41Copy short URL

30 goo.gl/Ry1ShsCopy short URL



No documento, observa-se que há uma única menção a Marliéria e que esta consta em uma listagem³¹. Nela, descrevem-se os municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), O Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Dentro desse contexto, verifica-se que em Marliéria a carência de PMT e da participação na política do ICMS Turístico dificulta criar, gerir e fomentar políticas públicas no setor, conforme evidencia a gestora pública entrevistada.

Por outro lado, a entrevistada aponta para a importância do turismo para o município e do potencial turístico que existe na localidade e nos arredores, os quais não são explorados de forma significativa com o objetivo, inclusive, de fomentar a economia local.

Valendo-se das pesquisas documentais e das entrevistas realizadas junto aos gestores públicos do município, constatou-se que existem diversos atrativos que poderiam ser melhor explorados. Além do Parque Estadual do Rio Doce, existem fazendas centenárias que funcionam como hotel fazenda, o mirante do Pico Jacroá, e áreas passíveis de uso em esportes de aventura. Dentre esses, o mais conhecido na percepção da gestora é o “passeio pelas montanhas de Marliéria”.

Assim, infere-se que a reestruturação do aparato institucional para a gestão do turismo é de suma importância, uma vez que a administração pública cumpre papel fundamental no estabelecimento das diretrizes e na coordenação das ações setoriais do turismo. Embora o município apresente expressivo potencial turístico, ele não está preparado para receber um grande fluxo de visitantes.

Segundo o gestor entrevistado, apesar do município possuir boa estrutura de pousadas e hotéis, existem problemas relacionados a meios de transporte da sede à área rural e carência de agências bancárias, uma vez que há apenas uma agência, sendo esta do SICOOB. Soma-se a esses fatores a existência de uma única operadora telefônica, a Claro, a precária sinalização turística e a estrutura de restaurantes ruim.

4.2 Cultura

Ainda que Marliéria seja de pequeno porte e com uma política cultural ainda não totalmente estruturada nos moldes propostos pelo Sistema Nacional de Cultura, o município apresenta número e densidade significativas de manifestações culturais, realizadas seja pelo poder público, seja pelos agentes culturais privados e organizações locais. É expressivo, portanto, o potencial artístico de Marliéria, especialmente naquilo que se refere às manifestações musicais e teatrais.

O gestor público entrevistado afirmou que, para o município, a cultura é muito importante. Segundo ele, Marliéria é reconhecida como um lugar que está além de muitas outras cidades do mesmo porte em termos de práticas culturais.

Diante disso, durante a realização do DRP (2014), foram levantados os pontos fracos/dificuldades e os pontos fortes/potencialidades da cultura em Marliéria. De acordo com tal documento, as principais fragilidades locais são:

- Perda de algumas tradições / eventos;
- Falta de recursos financeiros para a gestão pública de cultura;
- Grandes distâncias e dificuldade de acesso e transporte das comunidades para a sede;
- Falta diálogo e entrosamento entre o distrito e a sede (barreiras geográficas, culturais, de comunicação, etc.);
- Falta um calendário regular / agenda fixa de projetos e eventos culturais;
- Falta formalização / estruturação de alguns grupos;
- Os espaços culturais são poucos e inadequados - necessidades de adequação, reforma e ajustes em suas estruturas na sede;
- No distrito e nas comunidades não há espaços para a cultura;
- Falta programação, calendário regular e atividades em alguns espaços;
- Inexistência do Sistema Municipal de Cultura;
- Falta de bancos de dados culturais integrados;
- Falta de comprometimento da população com a continuidade das ações culturais;
- Concentração de atividades culturais na sede do município;
- Pequeno volume de recursos para a cultura;



- Município com atividade econômica reduzida e renda per capita baixa, impactando a possibilidade de participação em atividades culturais;
- Dificuldades de divulgação e mobilização da comunidade para as atividades culturais;
- Deficiências na infraestrutura municipal, impactando a cultura. Ex: estradas, transportes e comunicações;
- Falta de integração/aproximação entre a população da sede e do distrito de Cava Grande, bem como com as comunidades rurais;
- Falta política pública municipal voltada para o financiamento à cultura;
- O financiamento das ações culturais em geral se dá via contribuição do comércio, em geral de pequenos valores;
- Pequeno número de projetos culturais – oferta para os próprios patrocinadores;
- Projetos feitos por pessoas de fora, faltam projetos locais.

Quanto aos pontos fortes e potencialidades identificados, realçam-se:

- Existência de empresas e instituições com prática de investimento no local, como a Arcelor Mittal Bioflorestas, via lei estadual, a CENIBRA e o IEF. Outras, como a Usiminas, a Petrobrás e a Vale, já patrocinaram projetos no município e região, ainda que atualmente não o façam;
- Existência de espaços onde acontecem práticas culturais na sede;
- Presença de grupos e entidades mobilizados na sede, com prática de intercâmbio e ação em rede;
- Diversidade de manifestações e produtos culturais no município, verificando-se a existência de talentos artísticos variados;
- Poder público comprometido com as demandas da comunidade;
- Valorização da cultura e do patrimônio pela comunidade;
- Apoio do comércio local para as atividades culturais;
- Existência de uma Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer;
- Interesse e disposição dos grupos para o trabalho coletivo;
- Disponibilidade de recursos naturais para a produção artesanal e caseira;
- Presença de acervo bibliográfico, fotográfico e objetos significativos da memória local;
- Oferta de cursos de formação.

Dado o cenário encontrado e a prática da comunidade em realizar trabalhos conjuntos e atividades coletivas, entende-se que o município tem grande potencial para realização de ações e projetos na área da cultura, com resultados promissores na própria geração de renda, alavancagem do turismo e desenvolvimento local.

Ademais, a proximidade com o Parque Estadual do Rio Doce gera oportunidades ainda não exploradas de diálogo e desenvolvimento em toda a região.

Interrogado sobre as ações prioritárias que podem ser promovidas para o desenvolvimento da cultura local, o gestor público entrevistado sinalizou a necessidade de oferta de oficinas de educação ambiental e a utilização do movimento teatral para conscientização da comunidade. Tal recomendação deve ser estendida às ações educativas na área da cultura em geral e, em particular, na valorização do patrimônio cultural: história, memória e identidade.

4.3 Esporte e Lazer

Marliéria apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e lazer, no qual este setor não conta com secretaria exclusiva. Dessa forma, comprova-se que os referidos setores não são tratados como prioridade no programa do governo municipal.

O gestor público entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, porém, não especificou o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio ao esporte e ao lazer. Por outro lado, foram encontradas informações quanto à participação deste município em um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes, os Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, não foi criado, impedindo, assim, a participação de Marliéria em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo. Tal programa permitiria, conseqüentemente, o aumento no investimento em atividades esportivas.

Marliéria tem Fundo Municipal de Esporte e Lazer, que não se encontra em funcionamento, dada a ausência de Conselho Municipal de Esportes. Além disso, a inexistência de Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive a política esportiva e de lazer, embasam a fragilidade da gestão voltada para esses setores.

O representante municipal entrevistado reconhece, todavia, que o esporte é importante para o município, tendo em vista sua capacidade de externalizar o nome do Marliéria, através dos campeonatos intermunicipais. Ele entende, ainda, que as várias lagoas do Parque Estadual do Rio Doce apresentam a potencialidade do desenvolvimento da modalidade esportiva da canoagem. Outras práticas que podem ser estimuladas perpassam pelas trilhas de mountain bike, o montanhismo e o motocross. Cabe ressaltar que Marliéria já sediou um campeonato de motocross. Contudo, a falta de secretaria específica e de um gestor especializado para gerenciar o esporte no município foi citada como principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

Continuamente, o entrevistado afirmou que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico do município, pois atrai turistas que buscam momentos de descanso e atividades ao ar livre, além de proporcionar sociabilização às famílias de Marliéria. Nesse sentido, a caminhada, as fazendas antigas, a pescaria, o Parque Estadual do Rio Doce, o Passeio Ciclístico e o grupo de Jiu-jitsu são as potencialidades observadas para o lazer no município. Entretanto, o entrevistado novamente menciona a falta de profissional capacitado para gerenciar este setor como a principal fragilidade observada.

Ainda de acordo com o entrevistado, as ações prioritárias que podem ser realizadas no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e lazer são:

- O desenvolvimento de projetos de esporte e lazer no distrito de Cava Grande, demasiadamente carente dessas atividades;
- Reestruturação das prioridades da política municipal, além de capacitação profissional dos agentes públicos;
- Maiores investimento nesses setores, por meio de programas e projetos que tenham como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de

contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 14.

Tabela 14 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas

	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;
- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 15 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											

Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis												
	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 19 abaixo apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.

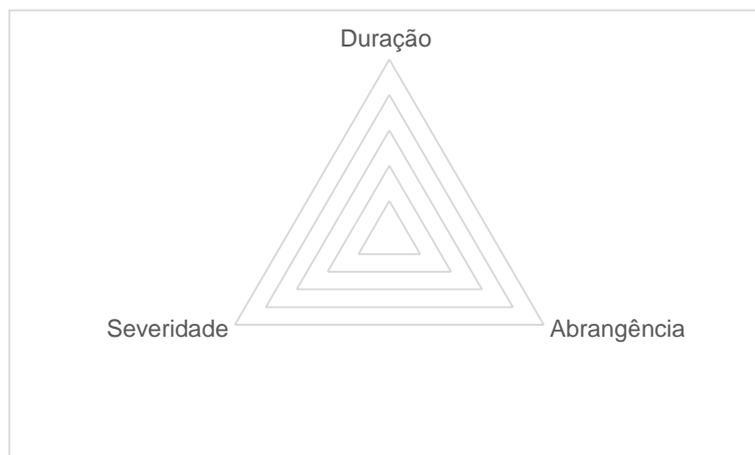


Figura 19 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 20, a seguir:

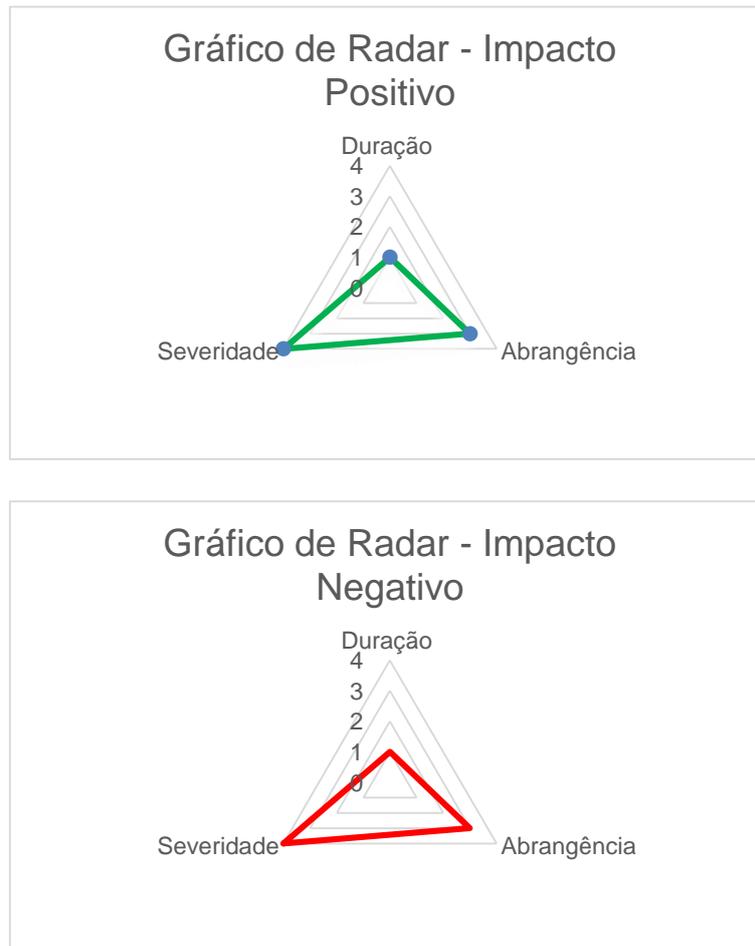


Figura 20 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A figura a seguir, exemplifica a classificação Significância dos impactos:

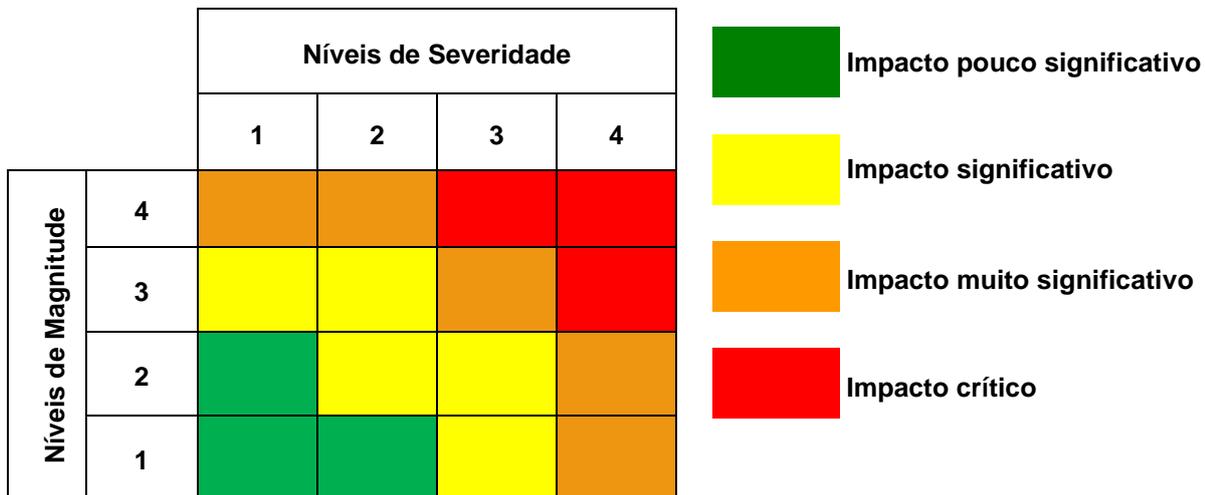


Figura 21 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.



- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:



- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;



- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.



Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.



5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.



Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;



- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;



- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;



- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.



- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

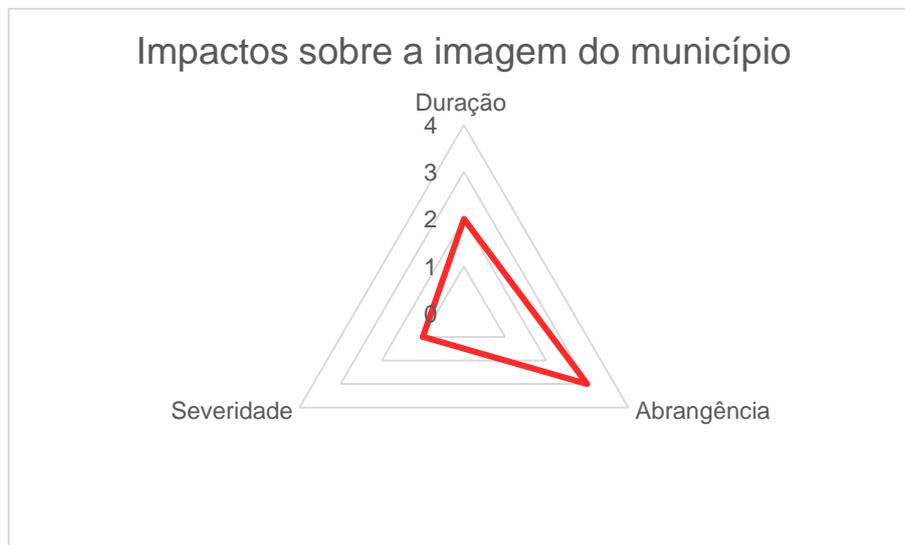
5.2 Resultado

5.2.1 Impacto sobre a Imagem do Município

Foram identificados, assim, graus médios de expressividade, abrangência e duração sobre a imagem de Marliéria naquilo que se refere ao Evento.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Marliéria a partir da análise da produção acadêmica pode ser considerado de média duração (2), severidade baixa (1) e de abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impactos sobre a imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

5.2.2 Impactos no Parque Estadual do Rio Doce

Conforme abordado no diagnóstico, o Evento ocasionou impactos sobre a imagem e sobre a paisagem do Parque Estadual do Rio Doce – PERD.

Segundo o gerente do PERD, entrevistado, a mídia divulgou a morte de animais que habitavam no Parque e isso afetou de forma negativa a imagem do Parque. As matérias jornalísticas a que se refere o referido gerente foram veiculadas na TV, Rádio, Jornal, Revista, Internet e outros. Ainda segundo o referido gerente, as matérias veiculadas nas citadas mídias sobre o impacto negativo do Evento no rio Doce

“Atingiu a imagem do Parque diretamente, pois o mesmo encontra-se associado ao Rio a partir do próprio nome. A percepção das pessoas é de que o Parque está todo

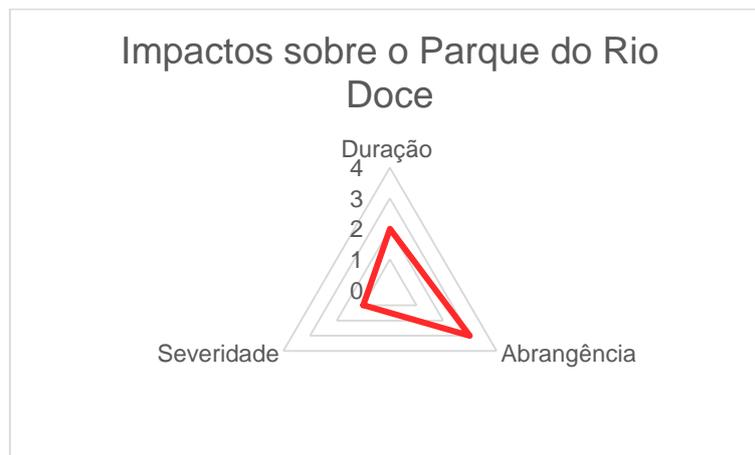
comprometido. Elas ligam querendo saber se o Parque está funcionando, se as lagoas foram destruídas pela lama, o que gerou uma expectativa negativa e a redução do número de visitantes”. (Gerente do PERD entrevistado durante o trabalho de campo realizado pela Expressão Socioambiental em novembro/dezembro 2016).

Outro impacto mencionado pelo referido gerente foi o aumento na pressão da pesca ilegal dentro do Parque, em função da degradação do Rio Doce. Segundo ele, pessoas de Revés do Belém, Pingo D`Água e Córrego Novo, que pescavam no rio, estão migrando para o Parque para pescar nas lagoas, desrespeitando seus limites e a regra de proibição da pesca, conforme Portaria n° 109, de 21/08/07do IEF.

O PERD também foi impacto em sua paisagem. O Ribeirão do Belém foi o único afluente contaminado, mas causou a morte de animais como capivara e peixes.

Este impacto negativo mantém relação direta com o Evento e pode ser considerado como de média duração (2), baixa severidade (1) e abrangência municipal (3).

Gráfico 3 Impactos sobre o Parque do Rio Doce



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



Por estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

Tabela 16 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impacto sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	2	1	3	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de fortalecimento institucional para a gestão das políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	1	1	1
Impacto sobre atrativos turísticos	Impactos no Parque Estadual do Rio Doce	IN	ID	2	1	3	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	1	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 17 Listagem de participantes de reunião institucional em Marliéria

Nome	Nome do órgão/setor
Simone Castro Quintão	Secretária de cultura, esporte e lazer.
Suzy Avelino Trindade	Secretária municipal de Meio ambiente e turismo
Vinicius de Assis Moreira	Gerente Parque Estadual do Rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 18 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos



Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarim	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP



Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 10/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012.

DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64)

[ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64)

[RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO:

20/01/2017.

BRASIL MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

BRASIL. 2014. MINISTÉRIO DA CULTURA. SECRETARIA DE POLÍTICAS CULTURAIS. CONSULTA PÚBLICA DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE CULTURA. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 03.07.2014, CONSULTADO EM 18.11.2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO. PROGRAMA DE REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO – DIRETRIZES POLÍTICAS. 2004.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE Engenharia Sanitária e Ambiental. NATAL-RN 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://DATAVIVA.INFO/PT/). ACESSO EM: 10/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL – IMRS.
2013.

FJP – FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBINHOOD/INDEX.PHP/LEIROBINHOOD](http://WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBINHOOD/INDEX.PHP/LEIROBINHOOD). ACESSO EM 20/12/2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. ECONOMIA DO TURISMO: UMA PERSPECTIVA MACROECONÔMICA. 2003-2009. 2012.

IBGE PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN). ACESSO EM: 10/01/2017.

IEF – INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.IEF.MG.GOV.BR/COMPONENT/CONTENT/195?TASK=VIEW](http://WWW.IEF.MG.GOV.BR/COMPONENT/CONTENT/195?TASK=VIEW). ACESSO EM:

18/11/2016.

MARLIERIA. PREFEITURA MUNICIPAL DE MARLIÉRIA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.MARLIERIA.MG.GOV.BR/](http://WWW.MARLIERIA.MG.GOV.BR/). ACESSO EM: 10/01/2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. MARLIÉRIA. IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 16.11.2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,

ACESSADO EM 18.11.2016 MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 10/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 18/11/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/
GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO
ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE
JANEIRO: SHAPE, 2005.

PEDST-MG – PLANO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO DE MINAS
GERAIS - DIAGNÓSTICO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. 2016.

PRAXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE
MARLIÉRIA, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-
ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 13/12/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O
PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE
DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. Disponível em:

<http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17>. Acesso em:
10/01/2017.

TCE - PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001